



Processo: 2769/2023

Requerente: Caminhos Dourados Fretamento e Aluguel de Veículos Ltda.

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 182 de 2022 - Processo Licitatório n. 20170/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa *Caminhos Dourados Fretamento e Aluguel de Veículos Ltda.* em 31 de janeiro de 2023 acerca do Pregão Eletrônico n. 182 de 2022 - Processo Licitatório n. 20170/2022, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte de passageiros (pacientes e acompanhantes).

Em suma, a empresa afirma a existência de erro material no subitem 4.1.1 do Termo de Referência, eis que consta o quantitativo de veículos com a indicação do numeral 13, mas a descrição por extenso consta “onze”, o que deve ser corrigido.

Afirma, ainda, a necessidade de inclusão no subitem 8.12 do Termo de Referência da obrigatoriedade de as licitantes apresentarem o Certificado de Autorização de Tráfego - CAT de cada veículo para os itens 1, 2 e 4, que realizarão o transporte intermunicipal de passageiros, conforme ofício de resposta do DETRO/RJ encaminhado em resposta ao Ofício desta Procuradoria Municipal nos autos do Processo Licitatório n. 23775/2022 com o mesmo objeto, que solicitou informações acerca de qual documentação necessária para a efetiva prestação do serviço (fls. 20/23).

A Comissão de Pregão II, em manifestação de fls. 43/46, respondeu a impugnação, afirmando que, quanto à inclusão no item 8.12 do Termo de Referência da obrigatoriedade de as licitantes apresentarem o Certificado de Autorização de Tráfego - CAT de cada veículo para os itens 1, 2 e 4, tratam-se de exigências *“desarrazoadas e ilegais, uma vez que a Lei de Licitações veda exigências de propriedade e de locação prévia apenas para participar da licitação, o que restringe sobremaneira a competitividade do certame licitatório”* bem como que *“a comprovação poderia ser feita quando da assinatura do contrato, uma vez não ser razoável cobrar que a licitante mantenha esse acervo estrutural, com todos os custos decorrentes, apenas para participar de licitações públicas”*, cujo entendimento está em consonância com diversos Acórdãos e a Súmula do TCU 272/2012.

Quanto à correção do subitem 4.1.1 do Termo de Referência para fazer constar a contratação de 13 (treze) veículos tipo van, afirmou que, de fato, existe uma divergência nas informações causada por erro material sanável, que poderia ser dirimido através de simples pedido de esclarecimento previsto no subitem 27.1 do edital.

Por fim, encaminhou o procedimento à Secretaria Municipal de Saúde para manifestação dos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e, após, à Procuradoria Geral para análise dos aspectos jurídicos recorridos.

*A*





Às fls. 47 a Secretaria Municipal de Saúde informa que procedeu com a retificação do Termo de Referência, o qual segue acostado às fls. 445/463 do Processo Licitatório 20170/2022, encaminhando os autos a esta Procuradoria-Geral, conforme solicitado pela Comissão de Pregão.

É o relatório.

Preliminarmente, esta assessoria jurídica tem dúvida quanto à tempestividade da impugnação, em conformidade com o art. 24 do Decreto Municipal n. 599/2020 e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para o dia 02/02/2023.

Isso porque os referidos dispositivos dispõem que o prazo será de ***“até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública”***.

Sobre o tema, segue lição de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

*“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta” 2. Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação: O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (...) Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração”.*

Tendo em vista que a realização da licitação está marcada para o dia 02/02/2023, o primeiro dia na contagem regressiva é o dia 01/02/2023, o segundo, o dia 31/01/2023, portanto, até o dia 30/01/2023 poderia a licitante oferecer a impugnação, todavia, conforme comprovante de protocolização de fls. 02, a impugnação foi apresentada em 31/01/2023, 09:52h, não havendo menção nos autos se foi encaminhada por e-mail em data anterior.

Não obstante, passa-se às seguintes considerações de mérito.

Pois bem. Conforme previsto nos subitens 27.2 e 27.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

2





Nesse sentido dispõe o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019:

*Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.*

Conforme narrado no relatório, a Secretaria Municipal de Saúde, às fls. 47, informou que procedeu com a retificação do Termo de Referência.

Analisando o novo Termo de Referência, acostado às fls. 445/463 do Processo Licitatório 20170/2022, verifica-se que a Secretaria Municipal de Saúde corrigiu tanto o erro material contido no subitem 4.1.1, como também incluiu o subitem 8.14 acolhendo a exigência de apresentação do CAT solicitada na impugnação:

*“8.14. A licitante vencedora deverá apresentar o Certificado de Autorização de Tráfego - CAT de cada veículo para os itens 1, 2 e 4 que realizarão o transporte intermunicipal de passageiros. A Licitante classificada terá um prazo de até 15 (quinze) dias, após a finalização da sessão pública do pregão e antes da Homologação do Certame, para apresentar à Secretaria Municipal de Saúde, as cópias dos documentos indicados”.*

De fato, conforme se depreende do Ofício DETRO PRES n. 444, que foi encaminhado em resposta ao Ofício desta Procuradoria Municipal nos autos do Processo Licitatório n. 23.775/2022 com o mesmo objeto (fls. 20/23), a referida Autarquia, que regulamenta o Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros, afirmou expressamente que “os veículos, após incorporados no DETRO/RJ, deverão portar Certificado de Autorização de Tráfego e Selo válidos para rodarem regularmente nas rodovias estaduais”, conforme Decreto 3.893/81 com alterações posteriores.

Portanto, se o DETRO/RJ regulamenta a matéria, dispondo sobre a necessidade do Certificado de Autorização de Tráfego - CAT, s.m.j., deve tal exigência ser inserida no edital.

Considerando que a Secretaria Municipal de Saúde acolheu a impugnação e já promoveu a retificação do Termo de Referência, com a inclusão da referida exigência no subitem 8.14 (fls. 445/463 do Processo Licitatório 20170/2022), **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão II para ciência e providências de sua competência.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à

3



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



DATA 2 / 2 / 23

FOLHA Nº 57 RUBRICA

2769

análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 01 de fevereiro de 2023.

Layne de Andrade Alves  
Coordenadora de Nível Superior Jurídico  
de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

João Paulo Figueiredo  
PROCURADOR GERAL  
MATR. 62010